

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA REAL, DA SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

**SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Moncorvo Filho nº 66, sala 201, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.286.509/0001-78, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas ("Debenturista(s)") da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário"; e

na qualidade de interveniente garantidora,

**DOCAS INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo nº 228, sala 402, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.433.665/0001-48, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Interveniente Garantidora";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Subestação Eletrometrô S.A.", doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**1. DA AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 6 de junho e 11 de outubro de 2007, arquivadas na Junta Comercial do Rio de Janeiro - JUCERJA em 9 de

julho e em 15 de outubro de 2007, e publicadas em 18 de julho e em 23 de outubro de 2007 no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Jornal do Brasil”, respectivamente, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 10.303/01.

## **2. DOS REQUISITOS**

2.1 A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1 Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

2.1.1.1 As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures (“Emissão”) foram devidamente arquivadas na JUCERJA em 9 de julho e em 15 de outubro de 2007, e publicadas em 18 de julho e 23 de outubro de 2007 no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Jornal do Brasil”, respectivamente, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

### **2.1.2 Inscrição da Escritura**

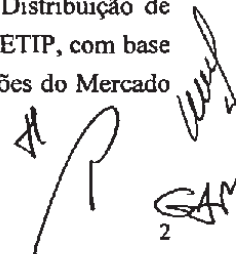
2.1.2.1 A presente Escritura será inscrita na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

### **2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76 e de acordo com a Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### **2.1.4 Registro em Sistema de Liquidação e Custódia**

2.1.4.1 As debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) deverão ser registradas (a) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado



Financeiro – ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, com as negociações liquidadas e as debêntures custodiadas na CETIP; e/ou no sistema de negociação BOVESPAFIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, com as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

### **2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID**

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o “Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem como objeto social exclusivo (a) emitir valores mobiliários, especialmente debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, garantia flutuante, quirografária ou subordinadas, destinadas à distribuição pública no mercado de valores mobiliários, e (b) aplicar ou utilizar os recursos provenientes da colocação de tais valores mobiliários no mercado para (1) a aquisição de direitos creditórios de titularidade da Inepar S.A. Indústria de Construções (“Inepar”) em decorrência do “Contrato para concessão de uso de imóvel de propriedade da Companhia do Metrô destinada à construção, implantação, operação e manutenção de uma subestação primária necessária à transformação de tensão e transporte de energia para alimentação elétrica das estações Sumaré e Clínicas da Linha Vila Madalena – Oratório e da Estação Barra Funda da Linha Leste-Oeste, ambas do Metrô de São Paulo - nº 0039231001”, conforme alterado (“Contrato 0039231001”), celebrado entre a Inepar (posteriormente sucedida pela Inepar Energia S.A, a “Inepar”) e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (“Metrô”), compreendendo os direitos creditórios derivados do fornecimento e transporte da energia rebaixada, assim como o relativo à indenização que a Metrô estará obrigada a pagar à Inepar nas hipóteses previstas no mencionado Contrato 0039231001; ou (2) resgate de outros valores mobiliários emitidos pela companhia.

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

R H W  
3

### **3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora, sendo a 2ª (segunda) emissão pública.

### **3.3 Montante da Emissão**

3.3.1 O montante da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 3.4 abaixo.

### **3.4 Distribuição Parcial**

3.4.1 Será admitida a distribuição parcial das Debêntures desde que distribuídas, no mínimo, 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, sob o regime de melhores esforços de colocação. Os aceitantes da oferta poderão, no ato de aceitação, condicionar sua adesão à colocação integral das Debêntures ou à colocação de proporção ou quantidade mínima de Debêntures.

3.4.1.1 Na hipótese prevista no item anterior, os aceitantes da oferta deverão indicar, no momento da subscrição das Debêntures, se pretendem receber a totalidade das Debêntures subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente distribuídas e o número de Debêntures originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do subscritor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscritas.

3.4.1.2 Para fins do disposto no item anterior, entendem-se como Debêntures efetivamente distribuídas todas as Debêntures objeto de subscrição, inclusive aquelas sujeitas às condições previstas nos itens 3.4.1 e 3.4.1.1 acima.

### **3.5 Destinação dos Recursos**

3.5.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados (i) ao pagamento do Contrato de Empréstimo de Capital de Movimento nº 149, celebrado entre a Emissora e o Banco Fator S.A. em 12 de fevereiro de 2007, alterado pelo 1º Aditivo ao Contrato de Empréstimo de Capital de Movimento nº 149, conforme descrito no prospecto da Emissão ("Empréstimos"); (ii) ao pagamento das comissões de estruturação, coordenação e colocação, bem como quaisquer outras comissões e

RECEBER  
a totalidade das Debêntures por ele subscritas.

R H  
4

reembolso de despesas das instituições intermediárias participantes da Emissão, nos valores descritos no Contrato de Colocação (conforme definido abaixo); e (iii) ao pagamento da remuneração e posterior resgate da totalidade das debêntures emitidas em 20 de fevereiro de 1998 pela Emissora, nos termos da “Escritura Particular de Emissão de 1.000 Debêntures Não Conversíveis em Ações de Subestação Eletrometrô S.A.”, adquiridas pela Interviente Garantidora.

### **3.6 Forma e Procedimento de Colocação**

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas.

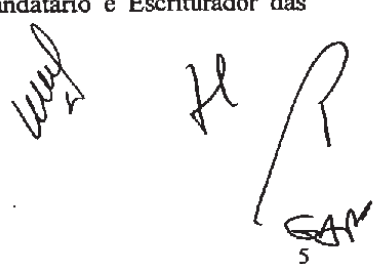
3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição. As Debêntures não colocadas neste prazo serão canceladas.

### **3.7 Negociação**

3.7.1 As Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, com as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou no sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, com as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CBLC.

### **3.8 Banco Mandatário e Banco Escriturador**

3.8.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures (“Banco Mandatário” e “Banco Escriturador”).



Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'SAM' with a small '5' below it.

### 3.9 Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.9.1 A Emissora, a critério da Instituição Intermediária Líder da distribuição das Debêntures (conforme definida abaixo), poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM, para que esta, a seu juízo, nos termos do artigo 25 da Instrução nº 400/03, da CVM, assim autorize na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

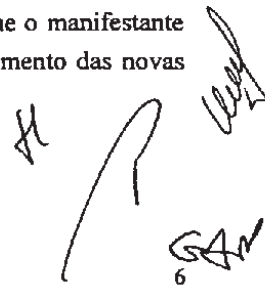
3.9.2 É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.9.3 A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.9.4 Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.8.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

3.9.5 Na hipótese de o Debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto da Emissão.

3.9.6 Na hipótese do item 3.9.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura consolidando as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.



Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and 'GAN' with a small '6' below it.

#### 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1 Características Básicas

###### 4.1.1 *Valor Total da Emissão*

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto no item 3.4 acima.

###### 4.1.2 *Valor Nominal Unitário*

4.1.2.1 O valor nominal unitário (“Valor Nominal Unitário”) das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais).

###### 4.1.3 *Número de Séries*

4.1.3.1 A Emissão será em série única.

###### 4.1.4 *Quantidade de Debêntures*

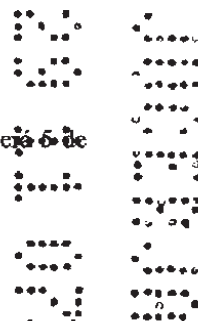
4.1.4.1 Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, observado o disposto no item 3.4 acima.

###### 4.1.5 *Data de Emissão*

4.1.5.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será de 5 de outubro de 2007 (“Data de Emissão”).

###### 4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 O prazo das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de outubro de 2014 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.



#### 4.1.7 *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Banco Escriturador.

4.1.7.3 Adicionalmente, como comprovante de titularidade das Debêntures, (i) será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND; ou (ii) será expedido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas na CBLC.

#### 4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### 4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

#### 4.2 **Atualização do Valor Nominal**

4.2.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

#### 4.3 **Remuneração**

##### 4.3.1 *Juros Remuneratórios*

4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por

*R* *H* *W* *SA*  
8



cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").

4.3.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, no dia 5 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, a partir de 5 de março de 2008, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura. Os Juros Remuneratórios devidos durante o período compreendido entre a Data de Emissão e 5 de fevereiro de 2008 serão incorporados, mensalmente, ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Período de Carência"). O cálculo dos Juros Remuneratórios será regido pelo disposto nos itens 4.3.1.2.1 e 4.3.1.3 desta Escritura.

4.3.1.2.1 Define-se:

- i) "Período de Vigência de Juros": espaço de tempo que se inicia na Data de Emissão e se encerra na Data de Vencimento;
- ii) "Período de Capitalização": intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período, ou, durante o Período de Carência, na data da incorporação dos Juros Remuneratórios ao Valor Nominal Unitário. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e
- iii) Subperíodo de Capitalização: prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
  - b) os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e

- c) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a Taxa DI e por dias corridos para o *spread*, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.3.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“J”: corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de “spread” acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures;

“VNe”: corresponde ao Valor Nominal Unitário de emissão da Debênture no início do Primeiro Período de Capitalização ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros”: corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

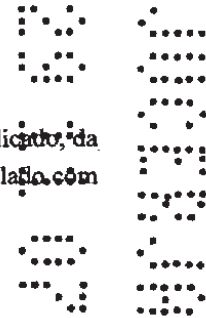
$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread), \text{ onde:}$$

“Fator DI”: corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k), \text{ onde}$$

“n”: corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>”: corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde } k = 1, 2, \dots, n:$$

"DI<sub>k</sub>": corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d<sub>k</sub>": corresponde ao número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

"Fator Spread": corresponde à sobretaxa de juros fixa acrescida ao rendimento de uma Debênture referenciada em taxas flutuantes, quando não fizer uso de percentual aplicado, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

"spread": corresponde ao spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

"N": corresponde a 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

"n": corresponde ao número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

"DT": corresponde ao número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro; e

"DP": é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.1.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;  
e
- iii) uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.1.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva pela assembléia geral de Debenturistas, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas.

4.3.1.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.



12

ii) a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não poderá exceder o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida por Debenturistas representando, no mínimo, (a) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação; ou (b) a maioria dos presentes à Assembléia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação, e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

173

#### **4.4 Repactuação**

4.4.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.5 Subscrição**

##### **4.5.1 Prazo de Subscrição**

4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

##### **4.5.2 Preço de Subscrição**

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

##### **4.5.3 Integralização**

4.5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, com exceção da hipótese prevista no item 4.5.3.2. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.5.3.2 As Debêntures poderão ser integralizadas pelo Banco Fator S.A., com créditos oriundos da comissão de coordenação e estruturação e da comissão de colocação devidas a ele, a título de remuneração pelos serviços prestados na qualidade de instituição intermediária líder ("Instituição Intermediária Líder") da Emissão, nos termos do "Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, em Série Única, da 2ª Emissão Pública da Subestação Eletrômetro S.A." ("Contrato de Colocação").

##### **4.5.4 Garantia Real**

4.5.4.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Emissora empenhou e alienou fiduciariamente em garantia, nos termos do "Instrumento de Constituição de Penhor de Direitos

14



ii) em Alienação Fiduciária

- a) o crédito de titularidade da Emissora contra o Banco Nossa Caixa referente à conta corrente nº 04-003024-3, bloqueada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, mantida na agência nº 0001-9, doravante denominada "Conta de Arrecadação", em que a Metrô deposita e/ou transfere, por qualquer meio, os valores a que a Emissora faz jus em virtude do Contrato de Cessão;
- b) o crédito de titularidade da Emissora contra o Banco Bradesco S.A. referente à conta corrente nº 82.107-1, bem como à respectiva conta investimento atrelada, mantida na agência nº 0895-8, doravante denominada "Conta Vinculada", para a qual serão transferidos os valores da Conta Arrecadação;
- c) todos os títulos e valores mobiliários de titularidade da Emissora que, eventualmente, venham a ser adquiridos com os recursos da Conta Vinculada; e
- d) todos os valores ou bens recebidos pela Emissora como forma de pagamento dos Direitos Creditórios.

4.5.4.2 O penhor dos Direitos Creditórios mencionado no item (i) acima é de 2º grau e está subordinado ao penhor de 1º grau constituído em favor do Banco Fator S.A. como garantia dos Empréstimos. Tão logo seja efetuado o pagamento de todas as obrigações dos Empréstimos, nos termos do item 3.5.1, e liberada a garantia, o penhor sobre os Direitos Creditórios constituído em favor dos Debenturistas tornar-se-á de 1º grau, não estando subordinado a qualquer outro ônus ou gravame.

4.5.4.3 A Emissora declara que o valor desta emissão atende o artigo 60, § 1º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, no que se refere ao limite de emissão, conforme demonstrado abaixo:

*Handwritten signatures: H, R, and another signature.*



<i>Direitos Creditórios</i>	<b>Valor de Face na Data de Emissão</b>
63,87% dos recebíveis com vencimento contratual no período de 5 de outubro de 2007 a 10 de fevereiro de 2008	R\$ 6.704.341,29
48,62% dos recebíveis com vencimento contratual no período de 10 de março 2008 a 10 de junho de 2013, inclusive	R\$ 65.325.707,53
58,70% dos recebíveis com vencimento contratual no período de 10 de julho de 2013 a 5 de outubro de 2014	R\$ 19.717.292,43
Valor Total dos Direitos Creditórios dados em garantia	R\$ 91.747.341,25
Volume da emissão	R\$ 50.000.000,00
<b>Razão da Garantia Real</b>	<b>183,49%</b>

#### 4.5.5 *Garantia Adicional Fidejussória*

4.5.5.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Interveniante Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.5.5.2 A Interveniante Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretirável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora originada das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil Brasileiro.

4.5.5.3 O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão (o "Valor Garantido"). O Valor Garantido inclui: (i) o valor total do principal das Debêntures, acrescido da respectiva remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios do principal, inclusive as despesas judiciais.

4.5.5.4 O Valor Garantido será pago pela Interveniante Garantidora imediatamente após notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interveniante Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de

pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.5.5.5 A Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 595 do Código de Processo Civil.

4.5.5.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.5.5.7 A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 4.5.4, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

4.5.5.8 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data a Interviente Garantidora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.5.5.9 A Interviente Garantidora reconhece, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

#### 4.6 Amortização Programada

4.6.1 As Debêntures serão amortizadas mensalmente, no dia 5 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo o primeiro pagamento em 5 de janeiro de 2008, de acordo com fluxo de amortização que integra a presente Escritura como seu Anexo I.



#### 4.7 Condições de Pagamento

##### 4.7.1 Local de Pagamento

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema, ou pela CBLIC, para as Debêntures registradas para negociação no Bovespa FIX; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND ou CBLIC na sede da Emissora; ou na sede do Banco Escriurador ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim, se for o caso.

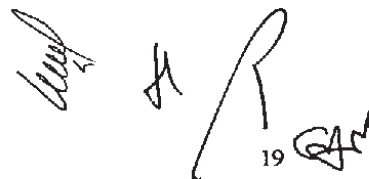
4.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Emissora ou ao Banco Mandatário, conforme o caso, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

##### 4.7.2 Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

##### 4.7.3 Encargos Moratórios

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and a signature with '19' below it.

#### 4.7.4 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.7.4.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto e respectivo suplemento desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, inclusive no comunicado previsto no item 3.4.3 acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.8 **Comunicações**

##### 4.8.1 *Publicação na Imprensa*

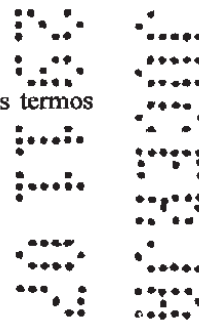
4.8.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Jornal do Brasil", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

##### 4.8.2 *Comunicações*

4.8.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

Subestação Eletrometrô S.A.  
Rua Moncorvo Filho nº 66, sala 201 (parte)  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20211-340  
Att.: José Carlos Torres Hardman  
Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (21) 3237-2100  
Fax: (21) 2554-8766  
E-mail: jchardman@docas.com.br



20

ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22.640-100

At.: Jose Alexandre Freitas – Sócio Diretor

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746

E-mail: freitas@oliveiratrust.com.br; e agente@oliveiratrust.com.br

ii) Para a Interveniente Garantidora:

Docas Investimentos S.A.

Praia do Botafogo, 228, sala 402

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22359-900

At.: Ronaldo Carvalho da Silva

Telefone: (21) 3237-2116

Fax: (21) 2553-2858

E-mail: rcarvalho@docas.com.br

iv) para o Banco Mandatário e Banco Escriturador das Debêntures:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus – Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco - SP

06029-900

At.: Departamento de Ações e Custódia

Telefone: (11) 3684-3749

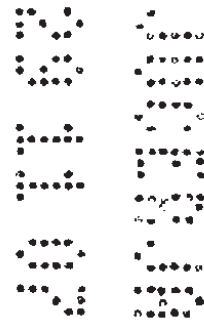
Fax: (11) 3684-2714

v) para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ



21

CEP 20031-170  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
São Paulo – SP  
CEP 01009-000  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564

vi) para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia:  
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar  
São Paulo - SP  
CEP: 01014-001  
Telefone: (11) 3247-4824  
Fax: (11) 3247-5260}

4.8.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.8.2.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

R H

AN

## 5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora, mediante deliberação do Conselho de Administração, que obrigatoriamente fixará o prazo para aquisição, poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, de qualquer das séries, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido, acrescido de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

### 5.2 Resgate Antecipado

5.2 As Debêntures poderão ser resgatadas, a partir do 24º mês após a data de Emissão, a critério da Emissora, mediante deliberação do Conselho de Administração da Emissora, por meio da publicação de aviso aos Debenturistas com 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando (a) a data; (b) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (c) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial pelo Valor Nominal Unitário acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização de Juros Remuneratórios, devidos até a data do efetivo pagamento das Debêntures resgatadas e (b) de prêmio de reembolso, calculado de acordo com a fórmula abaixo. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

$$\text{Prêmio de Reembolso} = P \times \frac{(DD)}{(TDC)} \times VNU$$

Onde:

“P”: será correspondente a 0,90%;

“DD”: corresponde ao número de dias corridos, a transcorrer entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento das Debêntures;

R

H

led

AN

“TDC”: corresponde ao número total de dias corridos, a transcorrer entre o 24º mês contado da Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures;

“VNU”: corresponde ao Valor Nominal Unitário na data do efetivo resgate antecipado das Debêntures.

5.2.1 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação por jornal de grande circulação, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º da Lei nº 6.404/76.

5.2.2 Na hipótese de Debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate parcial dar-se-á, conforme regulamento do SND, através de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, das Debêntures registradas no referido sistema. Todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.3 Na hipótese de Debêntures custodiadas na CBLC, as Debêntures serão resgatadas segundo os procedimentos definidos pela CBLC e, na hipótese das Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à CBLC, as Debêntures serão resgatadas através do Banco Escriturador.

### 5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado automático. O Agente Fiduciário declarará automaticamente antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'R', a signature, and the letter 'H'.




24

Handwritten signature in black ink, appearing to be 'GAM'.




- i) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 10 (dez) dias úteis contados da data da inadimplência;
- ii) (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora formulado pela Emissora; (b) pedido de auto-falência e/ou de falência da Emissora, seus acionistas controladores formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (c) decretação de falência da Emissora e/ou seus acionistas controladores, e/ou da Inepar; e/ou (d) liquidação da Emissora;
- iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal;
- iv) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato 0039231001;
- v) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;
- vi) não liberação do penhor constituído em favor do Banco Fator como garantia dos Empréstimos até publicação do Anúncio de Encerramento;
- vii) decretação de falência ou aceitação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, de seus acionistas controladores, da Interveniente Garantidora e da Inepar; ou
- viii) exercício da opção de compra, pela Metrô, da subestação objeto do Contrato 0039231001.

5.3.2 Hipóteses de vencimento antecipado por meio de assembléia geral de debenturistas. Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados abaixo, convocará imediatamente assembléia geral de debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do valor nominal atualizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou a Interviente Garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), respectivamente, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, conforme o caso, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- iii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou da Interviente Garantidora, quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), respectivamente;
- iv) alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim aprovelem referida alteração;
- v) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de assembléia geral de debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- vi) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;

- vii) prática de quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e esta Escritura, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- viii) constituição de qualquer garantia real a terceiros sem a extensão do mesmo direito, no mínimo em condições de igualdade com referidos terceiros, aos titulares das Debêntures;
- ix) não atendimento de reforço das garantias reais prestadas aos Debenturistas pela Emissora, pela Interviente Garantidora ou por qualquer outra empresa do grupo econômico da Emissora quando solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do item 6.5.3 do Contrato de Garantia;
- x) descumprimento de qualquer obrigação da Emissora no Contrato de Garantia ou verificação de inveracidade ou incompletude de qualquer declaração prestada pela Emissora no Contrato de Garantia;
- xi) caso a Metrô, por qualquer razão, deixe de efetuar qualquer pagamento mensal devido à Emissora ou à Inepar sob o Contrato 0039231001, o Contrato de Cessão ou o Termo de Vinculação, em período superior a 30 (trinta) dias contados da data em que o pagamento deveria ter sido realizado pela Metrô;
- xii) caso a Inepar, por meio da subestação prevista no Contrato 0039231001, passe a fornecer, por 6 (seis) meses consecutivos ou 12 (doze) meses alternados, a partir da Data de Emissão e até o prazo de vencimento das Debêntures, energia em montante superior ao consumo mínimo mensal, conforme previsto na cláusula primeira do Contrato 0039231001;
- xiii) a substituição, sem autorização prévia por escrito do Agente Fiduciário, do Banco Bradesco S.A. como a instituição financeira responsável pela manutenção da Conta Vinculada;
- xiv) descumprimento de qualquer obrigação da Emissora no Contrato de Prestação de Serviço de Depositário Qualificado celebrado com o Banco Bradesco S.A. em 15 de outubro de 2007 ("Contrato de Depósito Qualificado")

R H   
27 JAN


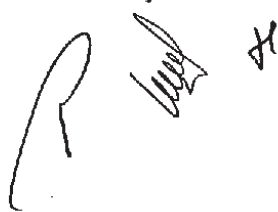
- xv) rescisão do Contrato de Depósito Qualificado;
- xvi) a substituição, sem autorização prévia por escrito do Agente Fiduciário, do Banco Nossa Caixa como a instituição financeira responsável (a) pelo recebimento de recursos dos pagamentos dos Direitos Creditórios efetuados pela Metrô; e (b) pela manutenção da Conta Arrecadação;
- xvii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76; ou
- xviii) decretação de falência, intervenção, liquidação ou regime de administração especial temporária do Banco Bradesco S.A. ou do Banco Nossa Caixa.

5.3.2.1 Após a realização da assembléia geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.2 acima, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescidos dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.3.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para CETIP e CBLC, ao Banco Escriturador e a agência classificadora de risco comunicando o fato.

5.3.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.3.3 acima.

5.3.5 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item 5.3.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao valor nominal atualizado das Debêntures os encargos moratórios previstos no item 4.7.3 acima, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.



## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada (1) de relatório de revisão dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, (3) memória de cálculo demonstrativa do cumprimento da razão da garantia real, conforme item 4.5.4.3. acima, e da garantia fidejussória, conforme alínea (vii) do item 7.2. abaixo;
  - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; (3) memória de cálculo demonstrativa do cumprimento da razão da garantia real, conforme item 4.5.4.3. acima, e da garantia fidejussória, conforme alínea (vii) do item 7.2. abaixo, bem como (4) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
  - c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;

- d) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- e) notificação da convocação de qualquer assembléia geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
- g) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
- i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento; e
- j) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) convocar assembléia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

R

H

W

SA

- v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
- xii) submeter, trimestralmente, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento.

6.2 A Interveniente Garantidora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;

*[Handwritten signature]*




*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, exceto o último trimestre, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
  - c) informações sobre quaisquer descumprimentos da Interviente Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
  - d) dentro de 5 (cinco) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis; e
  - e) todos os demais documentos e informações que a Interviente Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- ii) pagar ou, de outra forma quitar, quando devidos, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras, exceto se comprovado que tais obrigações foram exigidas por erro ou má-fé, ou se tiverem sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou se forem prestadas garantias em juízo quando discutidas judicialmente;
  - iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e
  - iv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Oliveira Trust DTVM S.A., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.



7.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;  
e
- iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores;
- v) ter verificado que a constituição da garantia real atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, com base nas informações dispostas no item 4.5.4.3 acima;
- vi) ter verificado a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- vii) ter verificado a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas pela Interviente Garantidora, observado a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso IX, da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, com base em sua situação patrimonial na data base de 31 de dezembro de 2006, conforme descrita abaixo:

Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Realizável
(valores em R\$ mil)			
69.662	262.361	73.533	155.731

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

*[Handwritten signatures and initials]*  
33 *GAN*

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetua-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

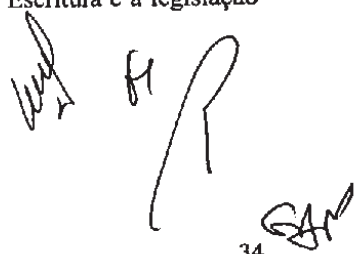
7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJ, onde será inscrita a presente Escritura.

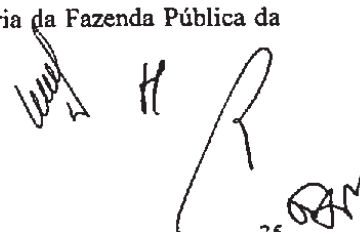
7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and a signature that appears to be 'GAN'.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.





7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;



Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and a signature that appears to be 'Dan'.

- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.8.1.1.;
- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e no Contrato de Garantia;
  - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- xiii) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CVM; e
  - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- xiv) publicar, na forma do item 4.8.1.1.acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e do Contrato de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- a) à CVM;
  - b) à CETIP e CBLC;
  - c) à agência classificadora de risco.

- xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função da garantia real oferecida;
- xx) verificar a manutenção da regularidade, da suficiência e da exequibilidade da(s) garantia(s) prestada(s);
- xxi) cumprir suas obrigações previstas no Contrato de Garantia;
- xxii) exercer seus poderes e direitos como usufrutuário de ações preferenciais de classe A ("Ações PN A") da Emissora exclusivamente no interesse dos Debenturistas, observadas as disposições da legislação aplicável, em especial daquela prevista no artigo 115 da Lei nº 6.404/76, nos termos do "Instrumento Particular de Usufruto de Ações Preferenciais Classe A de Emissão da Subestação Eletrometrô S.A e Outras Avenças";
- xxiii) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos previsto no Contrato de Garantia;
- xxiv) emitir, à época do relatório anual do Agente Fiduciário, declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e
- xxv) administrar os recursos oriundos da emissão das Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da confusão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- ii) executar a garantia real, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

H

W

- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- v) fazer uso de sua ação preferencial classe "A" da Emissora dada em usufruto para defesa dos interesses dos Debenturistas.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitem 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) e (v) acima.

7.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração trimestral de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela na data da concessão do registro da Oferta pela CVM e as demais a cada 90 (noventa) dias.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de concessão do registro pela CVM.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição,

H





39

ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

H R   
40 



- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 Aplica-se à assembléia de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembléia de acionistas.

8.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A assembléia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas

H

R

41

GAN

controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora.

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8 A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.9 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, da garantia real concedida aos Debenturistas, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

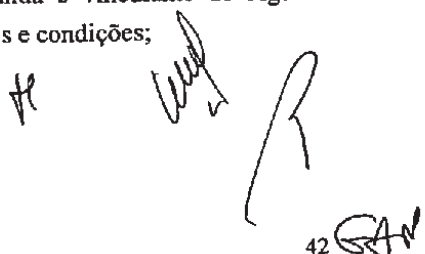
8.9.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

42



- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e final e respectivos suplementos relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de

43



fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros;
- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e dos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2007 e 30 de setembro de 2006 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiii) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

e



- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

11.1 A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) a celebração desta Escritura e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- v) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes, exigidas pela legislação aplicável, em relação à Interveniente Garantidora e seus controladores, controladas e coligadas, no

H  P  45

contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Interviente Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

- vi) as opiniões e análises expressas no prospecto em relação à Interviente Garantidora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- vii) não há outros fatos em relação à Interviente Garantidora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto relativa à Interviente Garantidora seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- viii) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto sobre a Interviente Garantidora são verdadeiros;
- ix) as demonstrações financeiras da Interviente Garantidora de 30 de setembro de 2007 e 2006, bem como de 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 representam corretamente a posição financeira da Interviente Garantidora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- x) a Interviente Garantidora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xi) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interviente Garantidora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

H

W

P

46

GAN

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

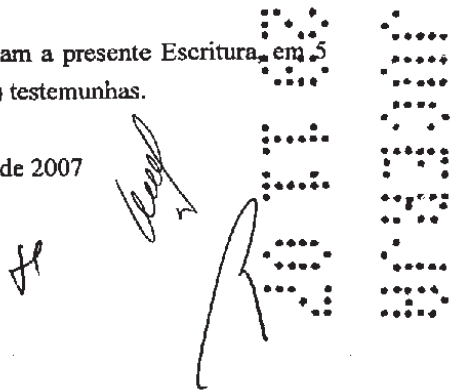
12.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2007



47

Página de Assinatura da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Subestação Eletrometrô S.A firmado entre Subestação Eletrometrô S.A., Oliveira Trust DTVM S.A. e Docas Investimentos S.A. em 9 de novembro de 2007.

  
SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.

Por: José Carlos Torres Hardman  
Cargo: Diretor

  
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Por: GUSTAVO DEROUART  
Cargo: SÓCIO - GERENTE


Por: Angela Maria Pereira Moreira  
Cargo: Diretora

Por:  
Cargo:

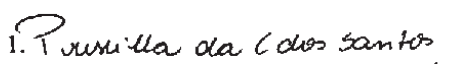
  
DOCAS INVESTIMENTOS S.A.


Por: Ronaldo Carvalho da Silva  
Cargo: Diretor

Por: Angela Maria Pereira Moreira  
Cargo: Procuradora

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : SUBESTACAO ELETROMETRO S/A	
Nire : 33.3.0018652-1	
Protocolo : 00-2007/179018-D - 28/11/2007	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 29/11/2007, E O REGISTRO SOB NÚMERO	
E DATA ABAIXO.	
ED330001048/000	
DATA: 29/11/2007	
 Valéria A. M. Serra SECRETARIA GERAL	

Testemunhas:

1.   
Nome: Pausilla da Costa Santos  
RG.: 11442625-7

2.   
Nome: Geraldo Lopes Carneiro Neto  
RG.: 12367648-8



*Este Anexo I é parte integrante Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Subestação Eletrometrô S.A firmado entre Subestação Eletrometrô S.A., Oliveira Trust DTVM S.A. e Docas Investimentos S.A. em 9 de novembro de 2007.*

## ANEXO I

### CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Período de Pagamento	Valor de cada parcela mensal no Período de Pagamento (R\$)*
Período 05/01/2008 até 05/02/2008	1.000.000,00
Período 05/03/2008 até 05/12/2008	400.000,00
Período 05/01/2009 até 05/12/2009	450.000,00
Período 05/01/2010 até 05/12/2010	500.000,00
Período 05/01/2011 até 05/12/2011	600.000,00
Período 05/01/2012 até 05/12/2012	650.000,00
Período 05/01/2013 até 05/06/2013	750.000,00
Período 05/07/2013 até 05/09/2014	1.000.000,00
Ultima parcela: 05/10/2014	saldo residual

\*Montante referente à parcela mensal que será paga pela Emissora a totalidade das Debêntures em circulação no determinado período.







Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2007






*Página de Assinatura do Anexo I da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Subestação Eletrometrô S.A firmado entre Subestação Eletrometrô S.A., Oliveira Trust DTVM S.A. e Docas Investimentos S.A. em 9 de novembro de 2007.*

 <b>SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.</b> Por: José Carlos Torres Hardman Cargo: Diretor	 <b>OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.</b> Por: GUSTAVO DEJOURART Cargo: SÓCIO-GERENTE
Por: Angela Maria Pereira Moreira Cargo: Diretora	Por: Cargo:
 <b>DOCAS INVESTIMENTOS S.A.</b> Por: Ronaldo Carvalho da Silva Cargo: Diretor	 Por: Angela Maria Pereira Moreira Cargo: Procuradora

Testemunhas:

1. Praxiella da Costa Santos  
Nome: Praxiella da Costa Santos  
RG.: 11.44.26.25-7

2.   
Nome: Ronaldo Lopes Carneiro Neto  
RG: 12367648-8

